

POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRABALHO DOCENTE NO PALCO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA: A EXPERIÊNCIA CEARENSE

2. Gestão, financiamento da educação e qualidade de ensino

LIMA, Vagna Brito de
vagnabrito@yahoo.com.br¹

DIÓGENES, Elione Maria Nogueira²
elionend@uol.com.br

INTRODUÇÃO

O presente trabalho resulta da pesquisa em desenvolvimento no âmbito Mestrado em Educação Brasileira³ com o objetivo precípuo de investigar os avanços e recuos da gestão democrática nas escolas públicas estaduais do Ceará no período de 2007 a 2010, contudo no percurso da referida investigação tornou-se evidente as transformações que vêm sofrendo o trabalho docente no contexto da política de gestão escolar investigada, o que determinou este recorte temático.

Assim, despertou-se interesse em compreender a nova configuração do trabalho docente no contexto da política de gestão democrática que se materializa nas escolas públicas estaduais do Ceará no período de 2007 a 2010. Na perspectiva de analisar as demandas que se apresentam ao exercício do trabalho docente na atual configuração política que se impõe a instituição escolar, recorre-se a contribuição teórica de diversos autores que elucidam o entendimento de tais questões (KRAWCZYK, 2003, OLIVEIRA, 2004, 2009; LEITÃO, 2010; VIEIRA, 2002).

A relevância da pesquisa se dá na perspectiva de contribuir com a reflexão sobre as transformações impostas à educação com forte impacto no trabalho docente, neste caso com foco na política de gestão democrática que se materializa nas escolas públicas cearenses, com vistas a compreender o lugar do professor na construção das novas relações sociais e espaços de discussão da democracia na educação.

A pesquisa se caracteriza em qualitativa bibliográfica associada ao trabalho de campo através de entrevistas semi-estruturadas, visitas e observações e se organiza da seguinte forma: introdução; contextualização da temática: a política de gestão democrática do central ao local; o trabalho docente no contexto da gestão democrática; o trabalho docente no âmbito da política de gestão democrática cearense (2007-2010) e; finaliza com as considerações suscitadas no decorrer do estudo.

1. CONTEXTUALIZANDO A TEMÁTICA: A POLÍTICA DE GESTÃO DEMOCRÁTICA DO CENTRAL AO LOCAL

Marcadamente nas últimas décadas a educação brasileira passou por inúmeras mudanças e transformações, tal processo teve início na década de 1980 no âmbito da democratização do Estado brasileiro com o final da ditadura militar⁴. Cabe destacar, que as transformações ocorridas no Brasil nesse período, se materializaram no cenário da crise econômica mundial presenciada no final do século XX.

É importante lembrar ainda que as reformas ocorridas no Brasil após os 20 anos de ditadura militar (1964-1995), decorrem da nova configuração econômica mundial desencadeada na década de 1980 no contexto da reordenação do Estado no âmbito global na perspectiva de revitalizar a economia após a crise da década anterior. Na direção de propiciar o desenvolvimento econômico, precípua do ideário que mobilizou as transformações mundiais das últimas décadas do século xx, a educação ganha centralidade. Nessa direção, Oliveira (2009, p. 79) chama atenção para a relevância ocupada pela educação como componente indispensável ao desenvolvimento econômico já observado nos primeiros anos da década de 1960 como prenúncios das novas demandas educativas:

A educação é percebida como um componente essencial ao desenvolvimento econômico à medida que exerce forte influência sobre a inversão tecnológica, a difusão de inovações, a aptidão empresarial, os padrões de consumo, a adaptabilidade às mudanças econômicas e a participação ativa dos distintos setores sociais nas tarefas do desenvolvimento. Considerando indispensável um nível relativamente alto de educação geral, tanto primária quanto secundária. (OLIVEIRA, 2009, p. 79)

A reforma educacional brasileira que teve início na segunda metade da década dos anos de 1990, tem suas origens nos anos anteriores, portanto algumas políticas já se materializavam (KRAWCZYK, 2008). Sobre os sentidos que mobilizaram a reforma educacional da década de 1990, Krawczyk (2008, p. 47) afirma:

No ideário da reforma buscava-se conciliar as diretrizes internacionais para a constituição de uma nova forma de gestão da educação e da escola, no marco de mudanças regulatórias próprias do novo modelo hegemônico do papel do Estado, e a premente necessidade de reverter o quadro de exclusão e desigualdade educacional, representado principalmente pelo exíguo atendimento à demanda do ensino fundamental e médio e dos altos índices de fracasso e evasão escolar.

A partir do entendimento que as políticas públicas de democratização da educação que se configuraram no contexto das reformas educacionais dos anos 1990, encontraram terreno fértil a sua materialização no cenário de ressignificação do Estado brasileiro para atender o processo de reestruturação econômica. Nessa direção, o Estado do Ceará partiu na frente na perspectiva de materializar a política educacional “Todos pela Educação de Qualidade para Todos” do “Governo das Mudanças” Tasso Jereissati (1995-1998), a fim de adequar a educação cearense às exigências do capitalismo contemporâneo, sob o imperativo dos compromissos assumidos com os organismos internacionais (LEITÃO, 2010; VIEIRA, 2002).

A gestão democrática da educação é sem dúvida uma política educacional que tomou dimensão no âmbito das reformas da década de 1990. É nesse contexto de reforma do Estado e da educação, que a gestão democrática das escolas públicas cearenses teve início, precisamente em 1995 com o primeiro ano das eleições diretas para diretores das escolas públicas estaduais.

Conforme se destaca no quadro síntese abaixo (Quadro 1), a partir de meados dos anos de 1990, registra-se a primeira legislação estadual na forma de lei a

fim de garantir a eleição direta para diretores das escolas públicas estaduais, um dos mecanismos de materialização da gestão democrática e se segue nos anos de 1998, 2001, 2004 e 2009.

Quadro 1 – Síntese cronológica da gestão democrática no Ceará

| ANOS | DESCRIÇÃO |
|------|---|
| 1995 | Implantação da gestão democrática nas escolas públicas cearenses através da Lei Nº 12. 442 de 18 de maio de 1995 |
| 1998 | Foi aprovado pela lei estadual Nº 12.861/98 e o Decreto Nº 25.297/98 que dispõe sobre o processo de escolha e indicação para provimento do cargo em comissão de diretor junto às escolas públicas estaduais de ensino básico no Ceará, revogando a lei anterior |
| 2001 | Não houve modificações na legislação, nem no processo seletivo em relação ao anterior ocorrido em 1998. |
| 2004 | Em 19 de julho de 2004 com a publicação da Lei nº 13.513, a referida lei aumentou o mandato do núcleo gestor de três para quatro anos |
| 2009 | Mandato de 2009 a 2012. Foi incorporado um curso de especialização pela UFJF no processo seletivo. |

Fonte: (SEDUC, 2011/2012; LEITÃO, 2010; VIEIRA, 2002)

Com efeito, a eleição para diretores é um procedimento importante, mas não garante em si a efetiva democratização da escola, para tanto, foram mobilizadas outras ferramentas de participação da comunidade no interior da escola como os conselhos escolares e os grêmios estudantis, tanto nas orientações políticas do governo federal quanto do governo do Ceará.

2. O TRABALHO DOCENTE NO CONTEXTO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

O modelo de gestão democrática que se materializa no interior das escolas públicas brasileiras resulta das estratégias de legitimação da hegemonia burguesa, mesmo sendo uma reivindicação dos educadores no processo de democratização do país a partir da década de 1980.

Para Basto (2002, p.17), “é preciso insistir que o debate era alimentado pelos movimentos mais amplos de democratização do Estado e da sociedade civil”. Após a promulgação da Constituição Federal (1988), os educadores e a sociedade brasileira ainda precisaram esperar quase uma década, para a regulamentação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), que mesmo carregada de frustrações em relação ao projeto original, ainda manteve entre seus onze princípios a garantia no art. 3 item VIII gestão democrática do ensino público, na forma da Lei e da legislação dos sistemas de ensino. Considerando essas questões, reafirma-se que o objeto deste estudo tem como finalidade investigar a problemática do trabalho docente no contexto da democratização da educação pública, de modo particular, na realidade educacional do estado do Ceará.

Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988, já transpareciam novas disposições sobre o estatuto e o funcionamento da docência, como demonstram o resgate do concurso público para o ingresso na carreira e a garantia do padrão de qualidade como princípio da educação. Contudo, uma leitura mais acurada sobre a recente política educacional brasileira, sobretudo das reformas desencadeadas a partir da década de 1990, leva-se a constatação de que o trabalho docente passou a ocupar, nos documentos oficiais, uma posição de destaque.

Conforme afirma Oliveira:

Na realidade aquela escola tradicional, transmissiva, autoritária, verticalizada, extremamente burocrática mudou. O que não quer dizer que estejamos diante de uma escola democrática, pautada no trabalho coletivo, na participação dos sujeitos envolvidos, ministrando uma educação de qualidade. Valores como autonomia, participação, democratização foram assimilados e reinterpretados por diferentes administrações públicas, substantivados em procedimentos normativos que modificaram substancialmente o trabalho escolar. (2004, p. 1140)

A responsabilização do professor e todos os trabalhadores docentes que estão diretamente ligados ao “chão da escola” pela qualidade da educação e, conseqüentemente pelos resultados de aprendizagem cada vez mais deficientes tornam o trabalho do docente cada vez intensificado.

As políticas educacionais concebidas no âmbito das reformas das últimas décadas garantiram a expansão da educação básica, contudo, os professores foram em grande parte os sobrecarregados. Tais reformas determinaram a reestruturação do trabalho docente, consubstanciando diversos fatores presentes na gestão e na organização do trabalho da escola, resultando nessa maior responsabilização dos professores, bem como também no envolvimento da comunidade (OLIVEIRA, 2004).

Contudo, esse processo de precarização do trabalho docente se dá sob o discurso da construção de uma escola democrática, participativa e autônoma. Nesse sentido, Oliveira (2004) contribui com a reflexão:

Na atualidade novas questões são trazidas ao debate, e as discussões sobre os processos de flexibilização e precarização das relações de emprego e trabalho chegam também ao campo da gestão escolar. As teses sobre desvalorização e desqualificação da força de trabalho, bem como sobre desprofissionalização e proletarização do magistério, continuam a ensejar estudos e pesquisas de carácter teórico e empírico. (p. 1128)

O professor que antes tinha a exigência pedagógica de dar conta de mobilizar os conteúdos específicos da sua área de conhecimento, o que na escola tradicional era feito de maneira transmissiva na maioria das vezes sem dar significado aos conteúdos estudados. Atualmente, o novo projeto educacional traz outras exigências a serem consideradas na organização do trabalho docente, como o domínio das novas tecnologias da informação e da comunicação, a mobilizar saberes das diferentes áreas de conhecimento na perspectiva do trabalho pedagógico interdisciplinar e a transversal, a articulação pedagógica dos conhecimentos com os problemas sociais e a exigência do envolvimento da comunidade, enfim um novo perfil para o trabalhador docente.

Nesse sentido, Oliveira afirma: “O fato é que o trabalho pedagógico foi reestruturado, dando lugar a uma nova organização escolar, e tais transformações, sem as adequações necessárias, parecem implicar processos de precarização do trabalho docente” (2004, p. 1140).

Considera-se que o trabalho em geral mudou, contudo o trabalho docente sofreu precarização referente às relações de emprego. Nas redes públicas de ensino de alguns estados, o número de contratos temporários equivale ao número de trabalhadores efetivos, arrocho salarial, desrespeito ao piso salarial, inadequação ou ausência de plano

de cargos e salários, perda de garantias trabalhistas e previdenciárias são conseqüências da reforma do Aparelho do Estado tornando o emprego no magistério público cada vez mais instável e precário (OLIVEIRA, 2004).

3. O TRABALHO DOCENTE NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE GESTÃO DEMOCRÁTICA CEARENSE (2007-2010)

Como já delineado na contextualização inicial deste texto, o presente estudo trata-se de um recorte de uma investigação mais ampla acerca dos avanços e recuos da gestão democrática que se materializa nas escolas públicas cearenses no recorte temporal de 2007 a 2010. Contudo, no desenvolvimento da pesquisa de campo tornaram-se relevante nas falas dos entrevistados do segmento docente as inquietações e reflexões sobre as mudanças e transformações ocorridas na educação com repercussão no seu cotidiano na escola na sala de aula no contexto investigado.

Na fala do professor sobre as metas de aprovação e reprovação estabelecidas pela direção da escola, o mesmo demonstra sua insatisfação e falta de autonomia diante das orientações do núcleo gestor⁵ da escola.

[...] a direção diz nós temos que reprovar tanto tem que atingir a média, **a meta [...] de aprovação de 95% só pode reprovar 5%**, então naquela sala só pode reprovar 2 alunos aí fica aquela coisa, reprovar dois aí vai tá aí ele foi reprovado em química, física, biologia e matemática aí não, não sei o que vamos diminuir aqui vamos botar só em tantas no sei o que, o sei o que pra não reprovar vamos botar no supletivo [...] o núcleo gestor ele procura atingir a média, **a meta procura atingir a meta eu acho**, eu acho o erro é aí porque as vezes o aluno que não tem condição de passar pro segundo ano, passa pro segundo tá no primeiro passa por segundo ano porque? Pra não ser reprovado deixa duas, três matérias pra ir pro supletivo porque não tem condições de passar pro segundo ano, então **eu acho que tem que rever esse método de aprovação porque as vezes eles procuram mais atingir a meta eu**, eu acho errado isso daí eles querem atingir a meta. (PROFESSOR A, ESCOLA B – GRIFOS NOSSOS)

Evidencia-se na fala do professor a materialização de estratégias de planejamento emanadas da prática de gestão gerencial, como a definição de metas de aprovação e reprovação, o que leva a compreensão de se tratar da efetivação de uma política por resultados, ou seja, revela-se uma gestão democrática de cunho neoliberal voltada para a produtividade, eficiência e eficácia.

Nessa perspectiva recorre-se a Oliveira (2004, p.1130) quando afirma que:

Essa nova regulação repercute diretamente na composição, estrutura e gestão das redes públicas de ensino. Trazem medidas que alteram a configuração das redes nos seus aspectos físicos e organizacionais e que têm se assentado nos conceitos de produtividade, eficácia, excelência e eficiência, importando, mais uma vez, das teorias administrativas as orientações para o campo pedagógico.

A autora chama a atenção para a tendência da importação de medidas das teorias administrativas para implantação nas redes públicas de ensino, o que tem se revelado uma tendência na realidade da escola brasileira.

O mesmo professor complementa em seu depoimento que nem sempre o cumprimento das metas de aprendizagem condiz com a realidade:

[...] o que eu noto sabe hoje em dia, noto que hoje tá muito difícil trabalhar com aluno, muito difícil, né? Porque hoje se o aluno falta você tem que ir buscar em casa ou telefonar, ir buscar né? Aí às vezes o aluno chega aqui e diz: Ah! Eu só vim porque foram me buscar se não tinha vindo não! Vem só pra vir mesmo, no outro dia não vem de novo aí tem que ir, tem que ir, tem que ir isso é difícil é, mas tem que ser feito e esse problema tem que, tem que estudar a maneira de aprovar e reprovar não é esse negócio de atingir aquela meta, que **a preocupação é atingir meta, mas tem que atingir meta dentro da realidade**, [...] pelo que vejo são metas que às vezes aquela meta tá sendo atingida mais eu noto que não é a realidade, [...] não é só aqui não, muitas escolas que conheço que a gente escuta e tudo não é a realidade não, certo? A partir de agora tem que estudar como é que tem que fazer isso aí o aluno pra atingir aquela meta seja a realidade mesmo que o aluno esteja aprendendo mesmo tudo. (PROFESSOR A, ESCOLA B – GRIFOS NOSSOS)

Revela-se no discurso do professor a preocupação que as escolas têm em atingir as metas a elas impostas, mesmo que para isso os resultados não correspondam com a realidade. Tais exigências das redes de ensino caem sobre a atividade docente, sobrecarregando o trabalho do professor diretamente na sala de aula.

Para Oliveira (2004, p. 1132) os professores “são, em geral, considerados os principais responsáveis pelo desempenho dos alunos, da escola e do sistema”. Tal realidade faz com que “os professores vêem-se, muitas vezes, constrangidos a tomarem para si a responsabilidade pelo êxito ou insucesso dos programas”. (idem)

Quanto à participação na tomada de decisão no âmbito da gestão democrática o professor fala que:

Tem o **planejamento mensal**, que é aos sábados pela manhã e cada área, cada área de estudo, é linguagens e códigos, é as ciências humanas, a matemática tem um planejamento semanal que é **chamado dia de estudo**. Naquele dia tá todo mundo fora de sala daquela área e junto com seu coordenador específico, porque aqui tem um coordenador específico pra cada área, tem o coordenador da linguagem e códigos, tem o coordenador da matemática, das ciências humanas. Então junto com seu coordenador ocorre aquele planejamento nos três turnos, manhã, tarde e noite. E tem o chamado sabadão que reúne todas as áreas que é o **planejamento geral** chamado. (PROFESSOR A, ESCOLA A – GRIFOS NOSSOS)

Percebem-se os limites da participação do professor na tomada de decisão, restringindo ao planejamento pedagógico de suas atividades docentes dentro da sua área de conhecimento. Nessa direção o professor continua sua fala:

Então nesse, nesse planejamento a gente tem oportunidade de conversar, **tentar resolver algum conflito** e tem também as **reuniões de pais pra entrega de notas principalmente o ensino fundamental** né!? o médio é mais, é mais difícil porque a gente também tem que trabalhar uma maneira de trazer os pais do, do ensino médio pra escola. O fundamental não, quando tem entregas de notas todos estão aqui, quando tem reuniões no sábado a tarde todos estão aqui, agora o médio nós temos ainda que procurar um meio

de trazer os pais, porque vem, eles vem, mas não vem como vem os pais do ensino fundamental. (PROFESSOR A, ESCOLA A – GRIFOS NOSSOS)

Contudo, verifica-se o imperativo da participação de todos os segmentos da comunidade escolar e a necessidade permanente de qualificar essa participação, sobretudo a necessidade do envolvimento dos pais e a comunidade escolar.

Ainda segundo Oliveira (2004), desde que a gestão democrática do ensino público passou a ser uma exigência legal, com a regulamentação na Constituição Federal de 1988 sob o art. 206, as redes públicas de ensino brasileiras tem como desafio a efetivação de mecanismos de participação na gestão da escola. A autora afirma que:

A preocupação com a criação e o fortalecimento de mecanismos mais participativos e democráticos de decisão nas escolas vem sendo uma constante não só entre os gestores dos sistemas públicos de ensino no Brasil, mas, sobretudo, nos movimentos sociais em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade para todos. O referido dispositivo constitucional nada mais é que um reflexo da organização e da luta desses movimentos em defesa da escola pública e democrática ao longo de muitos anos. (OLIVEIRA, 2004, p. 1134-1135)

A política de gestão democrática que se materializa nas escolas públicas responde as exigências legais regulamentadas na Constituição Federal e 1988 e na LDB 9.394/96, respondendo aos ditames políticos impostos pelas transformações econômicas e sociais que se apresentam, com consequentes desdobramentos nas diferentes esferas da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações aqui apresentadas se configuram em reflexões iniciais da temática estudada no campo ora investigado, contudo consistem na constatação de que discutir as políticas de gestão democrática concebidas e implementadas nas escolas públicas no bojo da reforma do Estado brasileiro e, por conseguinte da reforma da educação ocorridas na década de 1990, leva a concluir que essas não diferem das concepções gerencialistas, consubstanciando com as orientações que norteram a modernização do Estado brasileiro. Tais estratégias resultaram na institucionalidade da gestão “democrática” a luz do Estado capitalista tornando-a obrigatória a escola pública com a normatização como princípio constitucional anunciado na Constituição de 1988, no art. 206, regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Nº 9.394/96.

A segunda consideração se dá acerca da forma e organização do trabalho docente sob a nova concepção de escola, dita autônoma e democrática. Nessa direção, conclui-se que os processos de precarização das relações de emprego e trabalho enfrentados na atualidade chegam ao universo da sala de aula intensificando o trabalho do professor e do “gestor” escolar. Considera-se que nesse cenário de redefinição da instituição escolar, o trabalho docente tem sido penalizado com a intensificação das atribuições, exploração da força de trabalho e precarização da profissão. No caso da organização da escola em andamento no atual contexto investigado percebe-se a evidência do pensamento gerencial impresso pela nova ideologia, que imprime na

dinâmica escolar a gestão por resultados aliada a estratégias de planejamento oriundas das teorias administrativas.

Na perspectiva de finalizar esta reflexão, com vistas, a instigar muitas outras possibilidades de discussão da mesma realidade a partir de diferentes prismas, assim, conclui-se que as políticas educacionais que se materializam na educação brasileira correspondem ao modelo societal em andamento no Estado brasileiro desde a década de 1990 com marcados desdobramentos na política educacional local sob o discurso da descentralização.

¹ Mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), na área de concentração em História e Política da Educação. Professora da rede pública estadual de ensino no Ceará com experiência no ensino superior. vagnabrito@yahoo.com.br.

² Profa. Adjunta I da Universidade Federal de Alagoas.

³ Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

⁴ Período do regime militar iniciado com o golpe militar de 31 de março de 1964 até a eleição direta de civil Tancredo Neves em 1985.

⁵ Núcleo gestor, termo usado nas escolas públicas estaduais cearenses para denominar o corpo encarregado da direção e coordenação pedagógica da escola.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição Federal Brasileira**, São Paulo: Atlas, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDB, nº 9.394/96, de 20 de dezembro. 1.ed. atual. Fortaleza/Ce: Sec. Educação Básica, 1997.

CEARÁ. **Governo do Estado do Ceará**. Disponível em <<http://www.ceara.gov.br/governo-do-ceara/projetos-estruturantes>>. Acesso em 08 de julho de 2011.

_____. Lei 12.861/98. Disponível em: <<http://www.al.ce.gov.br/legislativo>>, Acesso em 10 de julho de 2010.

_____. Lei 13.513/04. Disponível <<http://www.al.ce.gov.br/legislativo/tramitando/lei/13513.htm>>. Acesso em 10 de julho de 2010.

_____. **Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC)**. Disponível em: <<http://www.paic.seduc.ce.gov.br>>. Acesso em 22 de maio de 2011.

_____. Seplag/Ipece. Carvalho, Eveline Barbosa Silva et al. **A Pobreza no Ceará: O tamanho do desafio e uma proposta**. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/textos_discussao/TD_68.pdf>. Acesso em 04 de dezembro de 2010.

_____. **Secretaria da Educação (SEDUC)**. Disponível em: <<http://portal.seduc.ce.gov.br/>>. Acesso em 14 de julho de 2011.

KRAWCZYK, Nora Rut; VIEIRA, Vera Lúcia. **A Reforma Educacional na América Latina nos anos 1990: Uma perspectiva histórico-sociológica**. São Paulo: Xamã, 2008.

_____. **A Construção Social das Políticas Educacionais no Brasil e na América-Latina**. In: KRAWCZYK, Nora; CAMPOS, Maria Malta; HADDAD, Sérgio. (Orgs). O cenário Educacional Latino-americano no Limiar do Século XXI- Reformas em debate. Campinas-SP: Autores Associados, 2000.

LEITÃO, Elione Maria Diógenes. **Política Educacional do Ceará em Questão: Avaliação das formas discursivas**. Campinas, SP: Arte Escrita, 2010.

OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org). **Gestão Democrática da Educação: Desafios contemporâneos**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

_____. **Reestruturação do Trabalho Docente: Precarização e flexibilização**. Educação Sociedade. Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1127-1144, Set./Dez. 2004.

Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v25n89/22614.pdf>>. Acesso em 06 de dezembro de 2010.

VIEIRA, Sofia Lerche. **História da Educação no Ceará**: Sobre promessas, fatos e feitos. Fortaleza/CE: Edições Demócrito Rocha, 2002.

_____. **Gestão, Avaliação e Sucesso Escolar**: Recortes da Trajetória Cearense. *Estudos Avançados* 21 (60), 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n60/a04v2160.pdf>>. Acesso em 18 de junho de 2010.